AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
ISSN - 1413-8638 E-ISSN - 2238-5533

Artigos **Vol. 24, n. 2, 2019.**

Artigo recebido: 26/11/18
Artigo aprovado em: 25/06/19

A GESTÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BAHIA

LA GESTIÓN DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN BAHIA

THE MANAGEMENT OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN BAHIA

Rosane Meire Vieira de Jesus[1]

Márcia Andrade Oliveira Bello[2]

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo compreender os contornos da gestão da educação ambiental, a partir da atuação da Coordenação de Educação Ambiental e Saúde (CEAS) nas escolas públicas estaduais do Ensino Fundamental II da Bahia. Na investigação, foi realizada uma cartografia dos estratos da temática sociopolítica e ambiental com coleta de informações documentais e observação direta, realizada com membros da equipe da CEAS. Essas percepções foram interpretadas a partir de um horizonte pós-moderno, sob o enfoque da filosofia deleuze-guattariana, na qual conexões e intensidade se multiplicam e se alastram, criando e instigando a formação de novos estratos para a re-territorialização de outros espaços da gestão da educação ambiental no sistema educacional.

Palavras-chave: Educação ambiental; Dialogicidade; Territoralização; Cartografia.

ABSTRACT

This article aims to understand the contours of environmental education management, based on the work of the Coordination of Environmental Education and Health in the state public schools of elementary school of Bahia. In the investigation, a cartography of the strata of the socio-political and environmental themes was carried out with the collection of documentary information and direct observation, carried out with members of the Coordination of Environmental Education and Health. These perceptions were interpreted from a postmodern horizon, under the guise of deleuze-guattarian philosophy, in which connections and intensity multiply and spread, creating and instigating the formation of new strata for the re-territorialization of other spaces of the management of environmental education in the educational system.

Keywords: environmental education; Dialogicity; Territorialization; Cartography.

[1] Professora do Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia.E-mail: rosanevieiraj@gmail.com
[2] Mestre em Educação e Tecnologias pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB/Gestec (2017). E-mail: marcia.bello2014@gmail.com

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 24, n. 2, 2019

RESUMEN
El presente artículo tiene por objetivo comprender los contornos de la gestión de la educación ambiental, a partir de la actuación de la Coordinación de Educación Ambiental y Salud en las escuelas públicas estatales de la Enseñanza Fundamental II de Bahía. En la investigación, se realizó una cartografía de los estratos de la temática sociopolítica y ambiental con recolección de informaciones documentales y observación directa, realizada con miembros del equipo de la Coordinación de Educación Ambiental y Salud. Estas percepciones se interpretaron a partir de un horizonte posmoderno, bajo el enfoque de la filosofía de su geografía, en la que las conexiones e intensidad se multiplican y se alzan, creando e instigando la formación de nuevos estratos para la re-territorialización de otros espacios gestión de la educación ambiental en el sistema educativo.
Palabras clave: Educación ambiental; Dialogicidad; Territeritorialización; Cartografía.

INTRODUÇÃO

A discussão acerca da preservação do meio ambiente tornou-se proeminente na agenda das sociedades contemporâneas, indicando que o paradigma moderno não conseguiu superar a degradação crescente e permanente do ambiente natural pelo ser humano, no seio das relações sociais e subjetivas. No processo societário, os indivíduos, com base numa visão utilitarista da natureza, almejam um desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente, para as próximas gerações. Essa ética antropocêntrica de dominação da natureza foi identificada, por Mauro Grün (2007, p. 27), já no discurso de Francis Bacon como permissão exploratória "pois a Natureza deve e necessita ser posta a serviço do homem, feita escrava e moldada pelas artes mecânicas".

Como forma de (re) estabelecer a conexão ser humano-ambiente, a Educação Ambiental (EA) tem sido indicada como fórmula mágica e redentora dos "pecados", oriundos da racionalidade antropocêntrica. Parte integrante do arcabouço legal nacional desde a Constituição Federal de 1988, a EA vem sendo, nas últimas décadas, preconizada nas políticas públicas como instrumento de resolução da crise provocada pelo paradigma moderno civilizatório. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº. 9.795/1999 indica uma permanência desse rumo para a EA ao formulá-la como um processo voltado para "a conservação do meio ambiente, bem de uso

comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (BRASIL, 2002, art. 1º).

O Governo do Estado da Bahia, em resposta à demanda social e constitucional, criou a Coordenação de Educação Ambiental e Saúde (CEAS) para estimular a inserção dessas temáticas na rede de escolas do estado da Bahia. Apesar da ideia comum de que as políticas são implementadas de forma unidirecional, na prática, variados fatores e aspectos estão envolvidos, elaborando uma teia complexa que se retroalimenta. Nas palavras de Stephen Ball (*apud* MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 305), "a prática é composta de muito mais do que a soma de uma gama de políticas e é tipicamente investida de valores locais e pessoais".

A percepção da existência de um órgão específico para a temática, a CEAS, e a leitura do referido material produzido pela própria instituição, promoveram várias questões que se colocaram em destaque e instigaram esta pesquisa. Assim, dentre as indagações que norteiam este trabalho, existe a busca por perceber o tensionamento entre a educação ambiental e sua interface nas escolas públicas estaduais, em nível Fundamental II, no território da gestão da EA promovida pela Coordenação de Educação Ambiental e Saúde (CEAS). Qual o papel dessa Coordenação no âmbito da Secretaria da Educação? Como esse órgão tem desempenhado o seu papel para a inserção das questões ambientais? De qual maneira a CEAS exerce agenciamentos na sua atuação nas escolas públicas de Ensino Fundamental?

Esta pesquisa cartográfica caminha no sentido de tentar estabelecer, no percurso teórico-metodológico, uma linha de fuga, uma segmentariedade – a dialogicidade nas escolas públicas estaduais do Ensino Fundamental II da Bahia. O olhar pós-moderno sugere uma desterritorialização da EA para re-territorializar com uma perspectiva ecosófica. O termo desterritorialização busca sentido na filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que requisita um "olhar estrangeiro" para as coisas, trabalhando com a ideia de criação e recriação de outros territórios para além do que está dado. Assim, desterritorializar é um movimento de fragmentação do instituído para buscar novos saberes nos movimentos instituintes. Resiste ao território como sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma.

Não obstante, qual estratificação é proposta sob o conceito de dialogicidade? Um estrato é formado por sedimentações, coagulações, que o diferencia, mas que também servem de substrato para outro estrato. Este estrato é composto por sedimentos do "diálogo vivo" de Gadamer (FLICKINGER, 2014), que entende ser característica a disposição das partes participar de um "processo social aberto", no qual não há um resultado predeterminado; há o reconhecimento da autonomia do outro, que possui um valor intrínseco por si mesmo, sem se resumir a uma relação utilitária, e a interdependência do resultado, pela consciência de que apenas juntos chegarão a um resultado satisfatório.

A dialogicidade, como uma estratificação dialógica no relevo ambiental, recebe influência da ecosofia de Guattari (2012), que percebe a "questão" ambiental por um horizonte mais dilatado, que busca abordar o campo numa perspectiva de uma "articulação ético-política" que inclua nos seus registros ecológicos: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender o tensionamento da gestão da educação ambiental instituída pela CEAS nas escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental II da Bahia. Indaga acerca do instituído pela CEAS para a inserção desta temática tanto junto ao corpo docente, quanto ações voltadas para a gestão escolar. Partilha da compreensão do significativo papel da CEAS junto à comunidade, como agenciador das concepções teóricas em EA das políticas públicas do Governo do Estado da Bahia e busca perceber suas territorialidades, seus agenciamentos, sua segmentariedade.

HORIZONTE METODOLÓGICO

Como caminho metodológico, foi desenvolvida uma pesquisa cartográfica, de inspiração nos escritos dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011a), na qual as peculiaridades do território se entrelaçam nos caminhos percorridos pela investigadora. Assim, a cartografia pode ser entendida como uma estratégia de análise, olhar cuidadoso que acompanha e descreve paisagens, trajetórias, modificações no relevo. Esse exercício pretende traçar mapas das territorialidades presentes na gestão da educação

ambiental articulada pela CEAS com as escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental II da Bahia. Não planifica rotas futuras ou busca os agentes modeladores do relevo, apenas se propõe perceber a realidade da CEAS com olhar que mira o horizonte e se aventura a retomar um diálogo com o ambiente.

Foi empreendida uma aproximação com esta Coordenação por meio de um período de observação, realizada em 14 visitas. Inicialmente, pensada como não participante, mas que, no decorrer da convivência, mostrou-se como troca, como intercâmbio de "olhares". De fato, Maturana e Verden-Zoller (1993, p. 9) falam da existência do espaço relacional da construção do conhecimento que acontece pelo "entrelaçamento do linguajar e do emocionar".

Esta investigação se vale da descrição do panorama do instituído pela CEAS nas questões ambientais: captar as particularidades do relevo, dos agenciamentos e estratos no território da gestão da educação ambiental da CEAS nas escolas de rede pública do estado da Bahia. Por isso, detém o olhar sobre a atuação da CEAS, tanto nas produções pedagógicas quanto nos projetos fomentados, bem como nas condições materiais de funcionamento, em busca das sedimentações do seu entorno.

Como análise interpretativa dos documentos legais (leis, decretos, portarias e normatizações internas) e publicações internas da CEAS, das informações obtidas nas observações e entrevistas, foram abraçadas as hermenêuticas filosóficas de Hans-Georg Gadamer (2012). Trata-se de uma hermenêutica de inspiração socrática, que busca recuperar o diálogo como o caminho para o conhecimento. Como atitude hermenêutica, renuncia à idealização de verdade única, não sendo esta entendida como um enunciado conceitual com pretensões de validez inconteste, antes, sempre um resultado provisório de um processo dialógico entre indivíduos historicamente determinados.

Deleuze e Guattari (2011a, p.30) assinalam que um mapa possui "múltiplas entradas contrariamente ao decalque, que volta sempre 'ao mesmo'". O "mapa" contribui para a conexão dos campos, faz parte de um rizoma – é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível. Uma "entrada" utilizada para construção do mapa da CEAS foi realizada por meio de observação direta como maneira de aproximação do lugar de fala dos sujeitos envolvidos: pesquisadora e membros da CEAS. Esse contato direto ocorreu

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 24, n. 2, 2019

através da observação da atuação da equipe, tanto no funcionamento interno na execução de atividades com viés ambiental como junto às unidades escolares ou órgãos ambientais. Essa observação planejada ocorreu, em horários previamente acordados, na sede da CEAS ou em local externo em que fossem executadas ações relativas à temática pesquisada. Conforme planejado, este período de percepção do instituído na/pela CEAS ocorreu num intervalo de 30 dias.

Neste período, foi realizada uma observação sistemática, que requisitou um planejamento prévio, na tentativa de perceber a sua dinâmica de exercício. Essa observação almejou captar o imaginário do CEAS, usando a expressão castoriadiana, para abarcar o que excede a racionalidade e funcionalidade da instituição social: o componente criativo-imaginativo mediante a observação do imbricamento do querer e do fazer acontecer ações pertinentes a EA no âmbito da rede escolar pública estadual.

O corpo técnico da CEAS que desenvolve as atividades diretamente relacionadas à EA é composto por um coordenador e três técnicos, todos servidores efetivos do quadro da SEC, mas com cargas horárias distintas à disposição da coordenação. Foi possível realizar as entrevistas com o coordenador e com um técnico em momentos diferentes na sala da CEAS, contudo o contato informal na coleta de informações ocorreu com todos os membros da equipe.

Em relação ao aspecto material, é proposta desta pesquisa conhecer as ações desenvolvidas pela CEAS para o agenciamento da temática ambiental, bem como a forma de organização das tarefas entre os membros no âmbito interno da coordenação e análise qualitativa das ações e produções pedagógicas. Tais elementos almejam a apreensão de fissuras, contornos, elevações e até conexões, aparentemente inexistentes, na gestão da educação ambiental na equipe da CEAS.

A INSTITUIÇÃO CEAS

No contexto da Secretaria da Educação da Bahia, algumas ações apontam para uma busca pela efetividade da inserção das questões ambientais de forma transversal no currículo, tais como a decisão de extinguir

disciplinas com denominação de Educação Ambiental ou Estudos Ambientais, através da Portaria 1.128/10, no art. 2º, §1º, que estabeleceu orientações legais para reorganização das matrizes curriculares da Escola da Educação Básica da Rede Pública Estadual. Essa ação indica uma opção metodológica pela interdisciplinaridade no trato das questões ambientais no seio das unidades escolares e que a temática sociopolítica e ambiental não poderá se restringir apenas a projetos esparsos desenvolvidos em datas comemorativas emblemáticas, como Dia da Árvore, Dia do Meio Ambiente ou início da Primavera.

Outro aceno importante adotado na referida Portaria foi prescrever, nos § 2º e 3º, ainda no art. 2º, que a educação ambiental praticada nas escolas deveria seguir as orientações do Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional (ProEASE), documento elaborado pela CEAS da SEC. Indica a "preocupação sobre os ambientes naturais e o uso ecoeficiente dos recursos naturais como a água, gastos supérfluos de energia e a lida pela redução de resíduos" (BAHIA, 2010) como perspectiva do documento guia do sistema de educacional da Bahia.

A mesma Portaria elencou, dentre os projetos referenciados para as unidades escolares, 15 projetos na letra "I" do art. 8º, a Educação Ambiental – ProEASE. Esses projetos servem como referência para que as unidades realizem suas programações institucionais correlatas à programação de carga horária e institucionalização dos projetos.

Essas medidas apontam para uma busca de alinhamento da educação ambiental instituída às orientações internas e externas do campo. Assim, como foi instituída a Coordenação para tratar da inserção das questões ambientais no espaço escolar?

Apesar da exortação de Castoriadis (1982, p. 90) de que, no mundo do fazer humano, "nada daquilo com que nos ocupamos é da espécie da transparência integral", podem-se traçar algumas linhas acerca da instituição da CEAS. De acordo com entrevista com o então responsável pela coordenação da CEAS, o Prof. Fábio Barbosa, inicialmente, a EA estava sob a responsabilidade da Coordenação de Projetos Especiais (COPE), que tem a incumbência de coordenar a execução de projetos entendidos como "prioritários" e que contribuem para a melhoria da escolaridade dos discentes

da rede pública estadual. Com o crescimento da demanda por parte da sociedade civil organizada junto ao Estado e pelo volume de ações e representações nos diferentes espaços intersetoriais da temática sociopolítica e ambiental, foi criado um setor específico para tratar da EA – a CEAS.

Assim, questões relacionadas à crise ambiental repercutiram na estrutura da Secretaria da Educação, que possuía uma "tradição no desenvolvimento de ações em saúde" (BAHIA, 2014, p.35). A percepção da conexão ambiente-saúde ocasionou a adição de conteúdos relativos ao meio ambiente e instituiu uma coordenação com atribuições específicas na formulação e incentivo a práticas educativas em saúde e ambiente.

Entretanto, apesar da reconhecida importância e relevância das questões ambientais, há um silenciamento na formalização da CEAS, que tem sua atuação reconhecida na comunidade, mas carece de normatização no âmbito da SEC. De forma que não foi identificado, no âmbito desta pesquisa, qualquer ato normativo de instituição da CEAS. Atualmente, algumas linhas de visibilidade e enunciação podem ser cartografadas na formalização da CEAS, as quais dão indicação de linhas de rupturas, de fissuras, na lógica organizacional anterior na Administração Pública.

Na Lei nº. 13.204/2014, que modificou a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, a CEAS é instituída sob a supervisão direta da Diretoria de Educação Básica e se situa no âmbito da Superintendência de Políticas para a Educação Básica (SUPED). Esta tem como finalidade coordenar a implantação da Política Educacional do Estado, no que se refere ao desenvolvimento do currículo e à avaliação da educação básica, nos diversos níveis e modalidades.

A CEAS foi constituída como órgão executivo das políticas públicas do estado da Bahia para a educação ambiental, dentre outras temáticas, a saber: saúde e responsabilidade fiscal e, segundo Prof. Fabio Barbosa, entrevistado para a pesquisa, educação financeira será acrescentada. Apesar de reconhecer as interseções diretas da temática ambiental com aquelas alusivas à saúde, esta pesquisa tem sua investigação circunscrita à atuação voltada mais especificamente para a inserção da discursividade ambiental nas unidades escolares de Ensino Fundamental II. Esses agenciamentos acontecem em dimensões que se intercomunicam e se referenciam

reciprocamente, a saber: elaboração de projetos que estimulam a dialogicidade ambiental no ensino formal, apoio a projetos intra e interinstitucionais voltados para meio ambiente e elaboração de material de apoio pedagógico sobre essa temática.

Cumpre ressaltar ainda que a CEAS participa da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), que se constitui em uma "instância de coordenação das atividades de Educação Ambiental no âmbito do Estado" (BAHIA, 2016). A CIEA é presidida por um Colegiado de Coordenação formado pela Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Educação e uma representação da Sociedade Civil Organizada, que se alternam em mandatos a cada 02 anos. Na composição da CIEA, a CEAS representa a Secretaria da Educação, participando de suas reuniões e decisões alusivas à EA no estado da Bahia.

CEAS é financiada por meio de projetos de alcance nacional, como o Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis (PDDE-ES) em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC); em nível estadual, como o Projeto Juventude em Ação: construindo a Agenda 21(JA), o Programa de uso racional de água e energia nas escolas, as Conferências Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente ou projetos pedagógicos internos das unidades escolares.

Outro agenciamento percebido na CEAS se realiza por meio de publicações com temáticas específicas, como o desperdício da água. Essas publicações se colocam com o objetivo de colaborar com os "processos de ensino, de aprendizagem e a construção do exercício da cidadania nos diversos níveis e modalidade de ensino" (BAHIA, 2015, p. 4). Nestas, há uma articulação entre conhecimentos específicos e sugestões de metodologias dinâmicas e participativas para o trabalho pedagógico. Esse material de apoio pedagógico, além das versões impressas, é disponibilizado no site da SEC para acesso de toda comunidade.

O PROEASE-BA

De forma preponderante, dentre as publicações da CEAS, o ProEASE-Ba foi constantemente citado, em diversas circunstâncias, por diferentes

indivíduos durante o desenvolvimento da pesquisa. Como produção que tem como objetivo orientar e fortalecer a EA no sistema de ensino da Bahia e é utilizada como referencial para a CEAS, será empreendido um olhar cuidadoso acerca desta publicação. Busca-se perceber processos de construção da dialogicidade que se avistam no ProEASE-Ba.

O ProEASE-Ba contém princípios, diretrizes e linhas de ação para a EA, estabelecidas no âmbito federal, estadual e municipal. Foi produzido sob a consultoria pedagógica de Miguel Arroyo e a consultoria técnica de Carlos Frederico B. Loureiro e Avelar Luiz Bastos Mutim, na primeira edição. No ano de 2015, foi lançada a segunda edição do ProEASE-Ba, sob a mesma consultoria técnico-pedagógica que a edição anterior, trazendo algumas atualizações conceituais, mas seguindo a mesma orientação epistêmica e organizacional.

O documento mostra uma peculiar atenção em evidenciar ser fruto de uma produção coletiva realizada mediante a aplicação de uma metodologia democrática na sua construção. Em diversos momentos do texto, desde os votos de agradecimento aos partícipes das ações e projetos desenvolvidos pela CEAS para elaboração do material, passando pela “Apresentação” e pelo corpo do programa, com destaque para o capítulo “Olhares sobre o ProEASE”. Este é destacado como um fruto de uma elaboração colaborativa, buscando destaca-lo como uma produção orgânica, por se tratar de um documento elaborado por uma equipe técnica conjuntamente com um grupo de docentes e não como mais um programa oriundo de uma instância hierarquicamente superior da SEC para direcionar a gestão escolar (LUCK, 2014).

Na “Apresentação”, exarada da lavra do Secretário da Educação do Estado da Bahia que declara ter o ProEASE-Ba o “objetivo de fortalecer e orientar a Educação Ambiental nos sistemas de ensino” (BAHIA, 2015, p. 6). Promissor o reconhecimento da existência de práticas em EA e do caráter supletivo do documento ao se colocar com função de “fortalecimento” das experiências. A EA, mesmo com sua plêiade de correntes teóricas e epistêmicas, vem acontecendo nos espaços educativos há algumas décadas e essas práticas necessitam de reconhecimento pela gestão educacional. Entretanto, “orientar a EA” tem significado de indicativo de caminhos a serem

seguidos sob a sua instrução. Marca escolhas e motivações institucionais que orientam a produção deste suporte pedagógico para a educação ambiental.

Como material produzido de forma participativa, a palavra “orientar” gera uma oposição ontológico-filosófica no ProEASE. Orientar tem significado de “indicar a direção, nortear”. Traz o pressuposto da possibilidade de haver uma razão que determine e ordene a EA nos sistemas de ensino. É uma ontologia que marca especificamente o paradigma da modernidade, a existência de uma razão que pode instruir todas as coisas.

De forma geral, a ciência contemporânea e as organizações modernas, de forma particular, pressupõem que o mundo é ordenado. As políticas públicas traçam como a máquina estatal deve funcionar e a gestão tem como função detalhar num “manual de instruções” para o melhor fazer funcionar a “máquina pública”. É possível orientar num único documento a EA para 27 territórios de identidade? Como agregar tantas especificidades locais, regionais e subjetivas num documento “orientador”?

Ainda numa descrição detalhada na “Apresentação” do referido material, há uma preponderante justificação legal para o ProEASE-Ba. Nela são elencados diversos dispositivos jurídicos que instituem a EA no ensino formal, inclusive as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que inclui a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global, no conceito de educação para a cidadania. Esse traçado legal parece tentar uma “linha de articulação ou segmentariedade” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p.18), indicando uma formação “fasciculada”. Esta deve ser entendida como uma tentativa que parece romper com o sistema fechado biologicista da temática ambiental, mas “sua unidade subsiste ainda como passada ou por vir, como possível” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 20), pois destaca o “cuidado com o meio ambiente local, regional e global” (BAHIA, 2015, p. 06) como direito para a cidadania como eixo destas diretrizes. Esta posição, ou retorno à posição inicial, no campo da EA, tem uma possível justificação pela hegemonia da visão naturalista do campo. A EA surgiu no contexto da crise ambiental e se constituiu como uma prática educativa capaz de influenciar na minimização dos impactos ambientais.

O capítulo inicial, “Situando o programa de Educação Ambiental do sistema educacional/ProEASE”, aborda a crise socioambiental, questionando

alguns aspectos que dificultaram a interação sociedade-natureza: o cientificismo, o modo de produção e a redução do meio ambiente a condição de matéria-prima. Instiga pensar essas questões pela ótica de efeitos do modo de produção capitalista, questionando "a quem interessa um progresso baseado na expropriação do trabalho e no uso intensivo da natureza?" (BAHIA, 2015, p. 11). Toca, mas de maneira superficial na discussão da separação entre sociedade e natureza, tendo como pano de fundo o papel da ciência, como legitimador de hierarquias. Argumenta que tratar a "questão ambiental" é

> [...] o meio concreto para a "reeducação da educação", que a viabilização de processos educativos de temática sociopolítica e ambiental contribui para a superação do patamar societário vigente com a construção de uma nova organização social e de um novo modo de ser humano na natureza. (BAHIA, 2015, p. 12).

Como produto marcado pelo pensamento moderno, no ProEASE-BA, há um entendimento de superação do atual patamar de sociedade para uma "nova organização social". Vattimo (2002, p. VII) indica que, na modernidade, a ideia de superação aparece como uma projeção progressiva de desenvolvimento, como ultrapassagem de patamares: "o novo se identifica com o valor através da mediação da recuperação e da apropriação do fundamento-origem" e uma outra maneira de "ser" pudesse ser pensada e ensinada aos outros seres humanos.

O documento aponta como horizonte da EA o "respeito à diversidade, no conhecimento dos ciclos naturais, na justiça social e nas relações éticas com o outro (humanos e não humanos)" (BAHIA, 2015, p. 12). São segmentariedades que se realizam nas raízes, não apenas da gestão da educação ambiental, mas na gestão do sistema educacional da Bahia. Essas desterritorializações, que se efetuam no estrato de conceituação da EA oficialmente instituída, buscam re-territorializar outros espaços.

Ainda no capítulo inicial, o ProEASE-BA assinala pontos de intersecção da temática ambiental com os princípios norteadores da política pública da educação, e algumas configurações são pontuadas, tais como: educação como direito social inalienável e meio de reversão das desigualdades sociais e da consolidação da diversidade cultural, os trabalhadores da educação como agentes fundamentais e a escola como espaço privilegiado de exercício de

atividades socializadoras e de troca de saberes. Há uma manifesta "antigenealogia" (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 28), uma fuga das informações genéticas vindas da ancestralidade da escola pública e da EA de base conservadora, através de rupturas, cortes que atravessam estratos de conceituação da EA e da própria educação.

Como rizoma, se percebem linhas de segmentariedade, de estratificações, de territorialidades, como propor "transformar a educação em processo permanente de exercício da cidadania, a valorização da vida, promoção da saúde e da qualidade ambiental" (BAHIA, 2015, p.14). Formar cidadãos aparece em projetos e documentos oficiais como objetivo de uma EA que pretende contribuir com o exercício social do indivíduo. Indica uma educação ontologicamente vinculada à formação de um novo sujeito social – o cidadão. Um ideal vinculado à lógica moderna, um objetivo definido *a priori* e sem que se conheça quem é este sujeito definido no conceito de "cidadão".

Na versão atual, o ProEASE-Ba demarca a opção política do padrão socioeconômico que deseja implementar – sociedades sustentáveis. O ProEASE-Ba, refletindo o contexto histórico da 1ª edição, adotou o "desenvolvimento sustentável" como conceito estruturante. Na atual edição, há uma explicitação do afastamento do padrão "desenvolvimentista", implícito nesse conceito, para evitar que ele seja "reduzido ao aprimoramento dos meios para a mercantilização da natureza" (BAHIA, 2015, p. 15) para uma proximidade com um termo compatível com o momento atual.

Esse deslocamento discursivo entre as edições do ProEASE-Ba reflete um debate que se firmou no campo da EA. Autores como Layrargues (1997) e Mészáros (2001) apontam que os termos "desenvolvimento" e "sustentável" comportam contradições, ambiguidades e impossibilidades conciliatórias de sua realização. O discurso de construção de um consenso unificador esconde os interesses de classes antagônicas sem superar suas desigualdades constitutivas e homogeneíza o campo ambiental sob uma pacificação inexistente. Carvalho (2002, p. 05), ao discutir o desenvolvimento sustentável como uma renomeação para EA, chega a afirmar que esse se constitui num "projeto de conciliar a sustentabilidade ambiental com o crescimento econômico, sem rupturas com a ideologia do desenvolvimento". A lógica capitalista (com)centrada na sobrevivência humana "dourando a pílula" com a

sustentabilidade socioambiental. Ou seria o ensaio de uma nova ruptura nas raízes da arborescência da EA? Nesse sentido, Araújo e Bizzo (2005), com foco nas possibilidades e dificuldades de sua inserção em componentes curriculares do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, percebem a noção de desenvolvimento sustentável como "uma intervenção político-normativa empenhada em minimizar as contradições do modelo de desenvolvimento atualmente posto na sociedade" (ARAÚJO; BIZZO, 2005, p. 2).

Assim o ProEASE-BA, ao afirmar ter como finalidade instituída pela gestão da formação ambiental da CEAS para o sistema educacional da Bahia, a "reflexão e promoção do ideário denominado Sociedades Sustentáveis" (BAHIA, 2015, p. 14) faz uma ruptura na arborescência da EA. Indica a possibilidade de nova estratificação conceitual para a temática sociopolítica e ambiental. Um mapa para a EA ou apenas um decalque?

O conceito de "sociedades sustentáveis" aparece no campo da EA no *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, documento elaborado por educadores ambientais de vários países do mundo e publicado durante a 1ª Jornada de Educação Ambiental, que ocorreu durante a Rio-92. Trata-se de um conceito que se coloca como substitutivo do DS, por ampliar as dimensões e possibilitar uma proposição política e social no seu bojo.

Nessa direção, Diegues (1992, p. 28) argumenta que a ideia de "sociedades sustentáveis" possibilita a cada uma delas, em particular, "definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir da sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural". Essa concepção se aproxima da polifonia das vozes buscada pela atitude pós-moderna.

O ProEASE-Ba tem sua elaboração justificada pelas necessidades do mundo contemporâneo em alterar suas práticas educacionais para que incorporem a "dimensão ambiental e promovam o ideário da sustentabilidade democrática (simultaneamente cultural, ética, econômica, ecológica, espacial, espiritual e político-institucional)" (BAHIA, 2015, p. 17). Seria um novo termo para coisas velhas, como no exemplo de Castoriadis (1982), ou uma re-significação da sustentabilidade marcada pela adjetivação de democrática?

Acselrad e Leroy (1999, p. 23) percebem que a crise social e ambiental possibilita um espaço para criação de algo novo, que pode surgir com a participação da sociedade como "sujeitos políticos de seu ambiente material, social, econômico e cultural" e consideram ser esta a proposição da sustentabilidade democrática. Assim, o ProEASE-Ba parece buscar uma desterritorialização com a "sustentabilidade democrática", ocupar espaços e dimensões excluídas do território do DS, termo utilizado na versão anterior. Ir além e incluir as dimensões qualitativas e culturais na re-territorialidade da sustentabilidade, agora democrática.

Um estrato de conceituação pode ser formado por materiais advindos de outros estratos, como simples ocorrência sem perspectivas evolucionistas. Apenas elementos substanciais, originando diferenciações estratificantes, num devir conceitual da sustentabilidade.

Na territorialidade da EA, agenciada pelo ProEASE-Ba, percebe-se como "fundamento forte" uma rota determinada a ser seguida: a sustentabilidade. Como indicativo desse agenciamento, o termo é reiterado em diversos momentos desse material pedagógico. O discurso da temática sociopolítica no ProEASE-Ba tem na sustentabilidade sua palavra de ordem, aqui entendida como uma relação de enunciados que carregam uma visão de mundo, que direciona o processo educativo num determinado sentido. Deleuze e Guattari (2011b, p. 17), afirmam que

> Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é "necessário" pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado.

Pensando especificamente na sustentabilidade como palavra de ordem, no ProEASE-Ba, ela adquire um valor estruturante da EA agenciada pela CEAS, aparecendo como a conduta (ou ideal) que exterioriza a mudança comportamental almejada pela educação moderna. Dessa maneira, a dimensão ambiental, sob uma ótica modernizante, tem como objetivo a construção de um sujeito comprometido com a valorização da vida e atuante

na sociedade – um cidadão. Este, a personificação da entidade fundante do conhecimento, capaz de ultrapassar os modelos ideológicos e exercer seus direitos e deveres com imparcialidade através da verdade científica.

O estrato da EA emancipatória contribui com o ilocutório da sustentabilidade com relações educacionais críticas, politizadas e voltadas para um pensamento coletivo. Há um afastamento do racionalismo iluminista centrado na autonomia individualista para aprisionar intensidades das transformações sociais que o momento exige, tais como diversidade de gênero, diálogo entre saberes, dentre outras. O ilocutório atua realizando agenciamentos que "coordenam processos de subjetivação" (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 16). O não dito é tão comunicativo quanto o que foi informado.

A transmissão da palavra que funciona como palavra de ordem não se limita à intervenção político-educacional na formação do sujeito. Integra elementos da EA emancipatória, também denominada de crítica, e pensa a transformação do espaço como agenciamento para a sustentabilidade – o espaço educador sustentável.

O ProEASE-Ba apresenta a "transformação da realidade socioambiental, incluindo a organização escolar" (BAHIA, 2015, p. 25) como materialização da EA. Com isso, assume como desafio adotar formas de gestão escolar afinadas com a sustentabilidade. Para tanto, o desafio colocado é transformar a escola num espaço educador sustentável, através de agenciamentos no currículo, na gestão e no espaço físico. Indica o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), destinando recursos financeiros, como fomentador de mudanças. Entretanto, como ato de enunciação, apresenta o condicionante de que esses valores sejam aplicados em ações "que possam conferir visibilidade à intenção de educar para a sustentabilidade" (BAHIA, 2015, p. 26).

A ordem é compreendida como redundância, pois não se apoia em qualquer materialidade. Apenas é uma linha de fuga de uma desterritorialização. Assim, o ProEASE-Ba estabelece uma relação de redundância quando elenca entre os princípios da EA a sustentabilidade e a escola sustentável, bem como ao apresentar como diretriz geral para a EA "fomentar a transformação da escola em espaço educador sustentável" (BAHIA, 2015, p. 42) e reitera como diretriz específica do Ensino Fundamental,

educação profissional, indígena, inclusiva, jovens e adultos, quilombola e do campo, (DELEUZE; GUATTARI, 2011b).

No ProEASE-Ba, por sua abordagem conectiva indivíduo-sociedade, há espaço para agenciamentos de saúde ambiental para a "construção de sociedades sustentáveis", que se exime de qualquer aspecto econômico ou político. Nesse apagamento, ilustrações de fatores ambientais que causam danos à saúde, a "inadequação de saneamento básico, poluição do ar, exposição a substâncias tóxicas, desastres naturais e fatores biológicos (vetores, hospedeiros e reservatório)" (BAHIA, 2015, p.37), aparecem desvinculados de qualquer fator concreto para o seu aparecimento na sociedade.

Adiante, num capítulo denominado "Diretrizes gerais para todos os níveis e modalidades de ensino e aprendizagem", são apresentadas orientações gerais para todo o sistema de Educação do estado da Bahia. Uma "diretriz" indica o caminho a seguir, qual direção tomar para a transversalização da EA na rede educacional. E é possível perceber alguns eixos de agenciamentos, tanto na horizontal quanto na vertical, presentes nessas "diretrizes gerais" do ProEASE-Ba.

No eixo horizontal, como o agenciamento maquínico de corpos e paixões, pode-se evidenciar, entre outras diretrizes: "estimular relações humanas construtivas e harmônicas fomentando o desenvolvimento humano saudável e promovendo atitudes positivas para a saúde e o meio ambiente" (BAHIA, 2014, p. 41). Assim, por meio da promoção da EA, percebe-se um agenciamento para uma determinada forma de "ser" na coletividade em relação à saúde e ao meio ambiente. Ou ainda, entre as diretrizes, "garantir a inserção da Educação Ambiental, como eixo estruturante no Projeto Político Pedagógico de cada escola" (BAHIA, 2014, p. 41), apontando para uma re-territorialização da temática em toda a rede escolar.

Outro agenciamento maquínico ocorre quando insta uma "compreensão complexa do ambiente" (BAHIA, 2015, p.41). Saindo de uma territorialidade restrita aos componentes da área de natureza e buscando uma transformação incorpórea do ambiente para suas multidimensões, a saber, interações entre ecossistemas, trabalho humano, modo de produção e cultura, sem perder de

vista uma mistura de corpos com o diálogo entre conhecimento científico e o tradicional.

No eixo vertical, atiçando uma desterritorialização no campo da EA, há a indicação metodológica para o uso de estratégias pedagógicas contextualizadas e a realização de práticas que incluam a "adoção de valores éticos", a "cultura da paz" ou "ações de prevenção e promoção da saúde". Provocando, ou tentando provocar, picos de desterritorialização no eixo vertical, percebe-se a inclusão de elementos subjetivos através da "cultura de paz", do estímulo às relações humanas "construtivas e harmônicas" e ao intercâmbio interescolar.

Para a compreensão do instituído pela CEAS, esta pesquisa usa como universo de pesquisa as escolas de Ensino Fundamental II, assim as considerações ficam restritas às 07 "diretrizes específicas" aplicáveis a esse segmento, elencadas no ProEASE-Ba, as quais são analisadas na sua íntegra pela ausência de direcionamento ao segmento I ou II. Aquelas referentes à educação superior, infantil, ensino médio, profissional, indígena, inclusiva, jovens e adultos, quilombola e do campo, apesar de relevantes para a territorialidade da EA, escapam ao objetivo desta pesquisa.

As "diretrizes específicas" aplicáveis ao Ensino Fundamental seguem o agenciamento coletivo de enunciação da construção de sociedades sustentáveis e o fomento à transformação do espaço escolar como educador sustentável. Indicam como caminho o diálogo de saberes, a inclusão da realidade de vida dos alunos em contexto aos conteúdos curriculares, favorecendo a "adoção e reforço de práticas sustentáveis" (BAHIA, 2015, p. 44), bem como a criação e/ou fortalecimento das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – COM-VIDA. Como construção pedagógica marcada pela influência moderna, há referência a uma "atuação cidadã" para o enfrentamento individual e coletivo das problemáticas existentes.

O ProEASE-Ba é um material visualmente atrativo na versão impressa; é utilizado um papel pardo, aparentando ser reciclado, com predominância da cor verde com seus matizes. É ilustrado com imagens de práticas pedagógicas em EA e outras produzidas por alunos da rede pública, algumas com a identificação de autoria e do local de produção e outras sem qualquer referência.

Esse texto realiza agenciamento de enunciação, pois "não fala 'das' coisas, mas fala diretamente os estados de coisas ou estados de conteúdos" (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 29). Retrata uma EA conservadora, representada por desenhos de uma natureza vilipendiada pelas fábricas, carros e pelos edifícios e do progresso como causador da destruição do ambiente natural. Entre as produções artísticas, tem destaque o texto imagético do estímulo à construção da horta orgânica no espaço da escola, com a separação dos resíduos sólidos, prática da compostagem e participação dos alunos em sua manutenção ou no desenho da horta feito em outra unidade escolar. Prosseguindo nessa simbologia, a obra *Missão Mestiça*, do Projeto de Artes Visuais Estudantis (AVE), na p. 47, mostra um indígena, na verdade uma figura feminina, com uma criança entre os braços, dormindo junto ao seio materno. Essa índia tem os pés transformados em raízes e a paisagem ao seu redor é composta de elementos da fauna e flora de diversos biomas brasileiros.

Essas imagens apontam para uma EA ainda voltada para despertar uma mudança comportamental nos indivíduos. Indicam uma influência holística na idealização da relação homem-natureza, com uma personificação da Mãe-terra. Por outro lado, dá mostras de inclusão nas unidades de práticas pedagógicas voltadas para uma sensibilização, tendo a ambientalidade como centro através das hortas nas escolas, pelos elementos apresentados nas produções e pela própria produção em si mesma. Sem contar o uso do grafite, uma técnica urbana alternativa.

Dentre os textos imagéticos desse documento, a mandala da autoria de Maria José Caribé de Azevedo, ilustrativa da estrutura do ProEASE-Ba, apresenta seus princípios e diretrizes. Realiza agenciamentos de enunciação de várias intensidades através da simetria da imagem, pelo destaque das cores, seus contrastes e matizes. Conteúdo e expressão, como variáveis do agenciamento.

O ProEASE-Ba apresenta também orientações didáticas/pedagógicas como contribuição para a "consolidação da Educação Ambiental e Saúde em cada unidade escolar". Expõe, de forma resumida, algumas possibilidades pedagógicas para uma atividade interdisciplinar em EA. Projetos, rodas de leitura, jogos corporais, pesquisas e teatro são apenas algumas das sugestões elencadas no documento.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 24, n. 2, 2019

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou uma gestão da educação ambiental na CEAS para as escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental II da Bahia de forma positiva e atuante. O envolvimento da equipe com as inúmeras ações para o enfrentamento da crise socioambiental coloca essa coordenação num fervilhar de projetos, visitas, conferências e produções didáticas. São várias ações desenvolvidas, desde o acompanhamento de certificação do selo COM-VIDA, auxílio na submissão, apoio a ações intrainstitucionais, elaboração de material pedagógico, até a participação na CIEA-Ba, atualmente na posição de gestor daquela instituição.

Entre as várias e diversificadas publicações, o ProEASE-Ba serviu como substrato para a percepção da CEAS. Essa publicação serve de substrato às demais produzidas pela coordenação e tem uma representatividade orientadora das ações em EA. As marcas deixadas por essa iniciativa pedagógica mostraram agenciamentos de intensidades diferenciadas realizadas pela CEAS na promoção da EA.

Olhando para o contexto da CEAS com atitude pós-moderna, percebe-se uma submissão legal na gestão da EA. Há um esvaziamento da atitude emancipatória, da teoria crítica quando as justificativas das opções epistêmicas se realizam no plano da 'repetição' do que está numa lei hierarquicamente superior. Lógico que, como órgão da administração central, há um direcionamento a ser obedecido. Entretanto, as leis são elaboradas dentro de um contexto social, histórico, econômico e epistêmico, que muda com o passar do tempo. Toda essa mudança gera uma inadequação com a realidade que motiva a atualização legal.

Os estratos estão em permanente modificação, há uma face voltada para dentro e outra para a externalidade, recebendo contribuições de outros estratos, sedimentações, coagulações, dobramentos. Essas alterações podem vir de uma atitude dialógica com o próprio sistema educacional, que podem levar a uma evolução na gestão da CEAS ou não.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; LEROY, J. P. **Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática.** Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático; FASE, 1999 (Cadernos de Debate 1).

ARAÚJO, M. I. O.; BIZZO, N. O discurso da sustentabilidade, educação ambiental e a formação de professores de Biologia. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE

BAHIA. Lei nº. 13.204 de 11 de dezembro de 2014. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 12 dez. 2014. Disponível em: http://www.secom.ba.gov.br/arquivos/File/LEI13204.pdf . Acesso em: 23 dez. 2014.

_____. Secretaria da Educação. **Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia - ProEASE.** 2. ed. Salvador: SEC, 2015.

_____. Secretaria de Meio Ambiente**. Informações sobre a CIEA**. Salvador: Secretaria de Meio Ambiente, 2016. Disponível em: http://www.meioambiente.ba.gov.br/ modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=58 . Acesso em: 27 ago. 2016.

BRASIL. Decreto nº. 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, Seção 1, p. 13, 26 jun. 2002.

CARVALHO, I. C. M. O "ambiental" como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da EA. In: SAUVÉ, L.; ORELLANA, I.; SATO, M. **Textos escolhidos em EA:** de uma América à outra. Montreal: Publications ERE-UQAM, 2002, Tomo I, p. 85-90.

CASTORIADIS, C. **Instituição Imaginária da Sociedade.** Tradução Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs.** v. 1. São Paulo: Editora 34, 2011a.

_____. **Mil platôs.** v. 2. São Paulo: Editora 34, 2011b.

DIEGUES, A. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos anos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v. 6, n. 1 e 2, jan./jun., 1992. Disponível em: http://www.michaeljonas.com.br/meu%20trabalho/fca_grad/Economia%20II/Apo/Desenvolvimento%20Sustentavel.pdf . Acesso em: 08 dez. 2016.

FLICKINGER, H. G. **Gadamer & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

GADAMER, H. G. **Verdade e método I:** traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução Flávio Paulo Meurer. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GRÜN, M. A Outridade da Natureza na Educação Ambiental. In: CARVALHO, I. C. M.; GRÜN, M.; TRAJBER, R. (Orgs.). **Em busca da dimensão ética da educação ambiental**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

LUCK, H. **Gestão educacional:** uma questão paradigmática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro, 2006.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a15.pdf . Acesso em: 25 out. 2016.

MATURANA, H.; VERDEN-ZOLLER, G. **Amor y juego.** Santiago: Editorial Instituto de Terapia Cognitiva, 1993.

MÉSZÁROS, I. **O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva.** Texto lido na conferência da Cúpula dos Parlamentares Latino-Americanos. Caracas, 2001. Tradução Paulo Maurício. Disponível em: https://resistir.info/mreview/desenvolvimento_sustentavel.html . Acesso em: 10 out. 2016.

VATTIMO, G. **O fim da modernidade:** niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.